

História e possibilidade de conhecimento para a superação das diferenças sociais no contexto escolar

Por Rafaella de Aguiar Coradini¹, Vitor Otávio Fernandes Biasoli²

Resumo

Este artigo se propõe refletir acerca da discriminação social e econômica que alguns alunos estão expostos por suas condições diferenciadas em relação aos padrões dominantes e a eles impostos. Essa discriminação acontece indistintamente dentro ou fora do ambiente escolar. Mesmo que todos estejam escutando as mesmas músicas, utilizando as mesmas vestimentas, falando as mesmas gírias, é possível perceber a diferença. Por isso, a análise pretendida se concentrará no ambiente escolar, especificamente relativa às instituições públicas de ensino. Busca-se compreender as diferenças sociais e suas consequências, e como a educação e a disciplina de História, especificamente os temas da história contemporânea – o caso das ditaduras no Cone Sul, por exemplo – podem contribuir para sua superação e melhor conduzir o sujeito a se incluir na sociedade sem se sentir preterido por sua condição social.

Palavras-chave: Diferenças sociais, Educação, História, Ditaduras.

Abstract

This article aims to reflect on the social and economic discrimination that some students are exposed by their special conditions in relation to the dominant patterns and to them taxes. This discrimination happens indiscriminately inside or outside the school environment. Even if everyone is listening to the same songs, using the same clothes, speaking the same slang, you can see the difference. Therefore, the analysis will focus on the school environment, specifically relating to public education. We seek to understand the social differences and their consequences, and how education and the discipline of history, specifically the issues of contemporary history - the case of dictatorships in the Southern Cone, for example - can contribute to overcome them and better lead the subject to be included in society without feeling passed over for their social status.

Keywords: Social Differences, Education, History, Dictatorships.

¹ Aluna do Mestrado Acadêmico em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail para contato: rafa.coradini@hotmail.com

¹ Professor Doutor em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Orientador. E-mail para contato: vbiasoli@gmail.com

Em uma mesma comunidade há todo o tipo de diversidade, fazendo com que as pessoas façam escolhas constantemente na busca da prosperidade e da felicidade, sejam elas conscientes ou inconscientes, uma vez que estão implícitas ao modelo social imposto. A escola pública é palco de todo o tipo de diferença que possa existir. Pode-se citar a desproporcionalidade da renda familiar entre as famílias, visível tanto na aparência das pessoas quanto no seu comportamento. Não que isso seja uma característica ruim, no entanto a forma com que se lida com ela acarreta consequências desagradáveis para as relações que ali se estabelecem e para o desenvolvimento das crianças. Por isso, neste artigo, estou propondo a discussão a respeito do preconceito, principalmente no que se refere às diferenças sociais e como a disciplina de História pode auxiliar o educando a não se sentir discriminado por conta da sua condição social e a perceber-se como um sujeito histórico, com possibilidade de ações que podem transformar o seu futuro e o seu entorno. Refletir sobre o tema pode amenizar as consequências das diferenças e apontar caminhos para a convivência.

Analisar e reconhecer a realidade social da comunidade escolar e suas várias formas de exclusão pode possibilitar a clareza nas soluções e perceber que a escola é, também, um lugar no qual essas diferenças podem ser diminuídas. O papel da escola é educar, proporcionar cultura, preparar o aluno para o mundo em que vive e para outras realidades. O processo de conscientização proposto por Freire é o caminho para a humanização. Dessa forma, a consciência faz parte da educação e deve ser exercitada constantemente. Diz Freire: “A conscientização, como atitude crítica dos homens na história, não terminará jamais.” (1980, p.27). Não se trata de homogeneizar, mas de compreender a diversidade como fator positivo de convivência e crescimento, e não a diferença que exclui e que se transforma em preconceito - atos de inferioridade e de classificação.

Inicialmente, o artigo busca compreender a historicidade das diferenças sociais e as suas consequências para a educação escolar. Não se pode pensar em solução sem compreender a raiz do problema, como surge a questão da exclusão e porque ela é camuflada em ambientes públicos, especificamente na escola.

O Brasil é um país acolhedor por natureza. A ampla diversidade de etnias existentes no país é uma prova disso. Mas, assim como existem aspectos da nossa cultura e soci-

idade que nos unem, há também aspetos que nos separam. A concentração da renda é dessas realidades que alimentam a diferenciação e a discriminação. Uma realidade que se reflete na educação escolar e gera situações que devem ser encaradas. Preparar os pobres e/ou aqueles que se sentem discriminados por esta realidade social nos parece uma das tarefas da escola. A educação deve se comprometer com a formação do sujeito, com a sua dignidade e também com o aumento de possibilidades e oportunidades desse sujeito se realizar.

A luta pela educação para os direitos humanos tem conquistado novos e melhores espaços nos últimos anos. No entanto, uma reflexão que precisa ser feita é que não bastam garantias legais, são necessárias ações que acompanhem essas normatizações e, de fato, que garantam esses direitos a todos os cidadãos.

Ao término da I Guerra Mundial (1919) emergiu a necessidade da correção das desigualdades. Dentre outros, o Brasil também participou desta mudança. Este programa, mais tarde conhecido como Estado de Bem-Estar Social foi sendo efetivado na década de 1930, quando os Estados Unidos, a Europa e também a América Latina e o Brasil estavam em situação de grande crise ou grande depressão. O referido programa pretendeu estender a todos os cidadãos o que antes somente uma minoria tinha acesso, como saúde e educação. Entre as medidas adotadas, a educação seria aquela que efetivamente mudaria a sociedade, já que todos teriam as mesmas chances.

O Estado de Bem-Estar Social, legalmente, pretendia que os direitos sociais alcançassem todos os cidadãos. Se a lei seria cumprida ou não, é outra questão a ser discutida, mas o que vale reforçar é que, em detrimento de uma educação apenas para a classe elitizada, a partir de então todos teriam a oportunidade e o dever de frequentar a escola. Segundo Saviani, a escola é a fonte para tornar o indivíduo um cidadão, já que é ela quem irá propor o conhecimento a todos de seus direitos e deveres (2013, p.745)

A educação, para além de se constituir em determinado tipo de direito, o direito social, configura-se como condição necessária, ainda que não suficiente, para o exercício de todos os direitos, sejam eles civis, políticos, sociais, econômicos ou de qualquer outra natureza. Isso porque a sociedade moderna, centrada na cidade e na indústria, assumindo a forma de uma sociedade de tipo contratual, substituiu o direito natural ou consuetudinário pelo direito positivo. Isto quer dizer que a sociedade urbano-industrial se baseia em normas escritas. Portanto, a participação ativa da sociedade, vale dizer, o exercício dos direitos de todo tipo, pressupõe aos códigos escritos.

Ou seja, a escola é fundamental para garantir os direitos sociais básicos de todo cidadão. Segundo a Constituição brasileira, até 1971 a obrigatoriedade escolar era apenas de quatro anos, garantindo o ensino primário. Depois houve a ampliação da obrigatoriedade para oito anos e, até 2016 a perspectiva é da obrigatoriedade da permanência na escola dos quatro até os dezessete anos de idade. Conquistas importantes para quem acredita que a educação é uma das formas de transformação da realidade social. Mas, como citado anteriormente, não basta garantir esse direito por força de lei. Esse direito precisa ser transformado em ações para que ele se efetive no contexto escolar e seja um fator de transformação social.

A época da infância e da adolescência é marcada pelos anos em que a escola é o grande gerador das experiências humanas. As crianças, ao contrário do que se pensa e divulga, gostam de ir para a escola, muitas delas não gostam é de estar na sala de aula. Neste espaço devemos aprender a nos relacionar e a formar laços de amizade, lidamos com emoções que se constituem, aprendemos a nos conhecer melhor e a entender nossos sentimentos e ações, mas também é neste espaço que formamos nosso caráter.

O papel da família é fundamental no processo de constituição da identidade da criança e do adolescente. No entanto, as formas atuais de organização familiar, especialmente pela ausência dos pais, por motivo de trabalho ou vulnerabilidade social, levam a criança, o adolescente e o jovem a buscarem muitas vezes referências na escola. Atos de violência, vandalismo e discriminação são cada vez mais comuns no contexto escolar. Sua banalização e desconhecimento podem levar o caos para o ambiente escolar. Por isso, é necessário propor o entendimento, a discussão e a ação da realidade para que ela possa ser transformada.

Para que as transformações ocorram, um dos objetivos principais de ação efetiva combatendo as diferenças seria a de analisar sempre a realidade social em que as instituições escolares estão inseridas. Sem conscientização coletiva dessa realidade não há transformação.

A conscientização do ser humano leva à necessidade da educação. “Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade” (Freire, 1996, p. 58). Freire, portanto, elabora um pensamento que fundamenta uma educação para a emancipação, reconhecendo a autonomia do sujeito racional, que tem conhecimento e liberdade, e que coletivamente, sem negar os saberes construídos na experiência, pode romper com a estrutura social opressora e construir uma sociedade emancipada. Para Freire, a emancipação depende da ação

dialógica e a propõe como alternativa, não somente para a educação, mas para toda a sociedade, no intuito de construir o ser humano, respeitando o outro e superando as estruturas de opressão.

Analisando esta proposta pode ser possível refletir sobre conceitos de inclusão e exclusão escolar. Sabe-se que a inclusão é o ato de acolher a todos em determinado espaço, sem exceção, independente de condições físicas, gênero, opção sexual, cor de pele e classe social. A Constituição brasileira novamente surge para garantir este direito que é de todos, em todas suas esferas. Porém Gentili (2009) trabalha com o conceito de *exclusão includente*, onde o sistema educacional e o governo recriam mecanismos para incluir o sujeito e que, geralmente, estes mecanismos são insuficientes. Um exemplo é a garantia da educação básica ao indivíduo menor de dezoito anos. Este fato poderia diminuir a desigualdade social nas próximas gerações, pois todos teriam iguais condições para disputar seu lugar em cursos técnicos ou de graduação e também no mercado de trabalho, mas ao contrário, ele continua excluindo e taxando os sujeitos dentro do contexto que ele pertence. Segundo Gentili, ele prejudica e bloqueia muito mais a população juvenil que a adulta (2009, p.1065)

A situação herdada e as perspectivas futuras são particularmente graves diante do fato de que, em nossos países, a pobreza tem um impacto bem mais contundente sobre a população infantil e juvenil que a população adulta. Ou seja, a intensificação ou a manutenção dos altos índices de pobreza e indigência tendem a condicionar seriamente as oportunidades de vida e os direitos da população com menos de 18 anos.

Dentro do contexto escolar esta ação deve ser cotidiana, mas o ato de excluir é constante e fica muito visível no âmbito das necessidades especiais. Teoricamente a escola acolhe o aluno portador de alguma deficiência, organizando e adaptando o espaço para que este possa transitar e se manifestar sem problemas, e a instituição se define como diversificada e acolhedora. Dentro deste ponto de vista o problema está resolvido, já que atitudes preconceituosas para com alunos de baixa renda não são vistas, não está escancarado porque é fácil de maquiagem, de esconder e de não escutar ou não ver, pois são ações que exigem o imediatismo, a reação de forma que todos compreendam a gravidade da situação e que possam ser educados para que tal ato não se repita novamente.

O evento Conae 2014 (Conferência Nacional da Educação) que aconteceu no mês de março mostrou a gravidade em que se encontra o sistema educacional e o descalço por parte do governo em tentar solucionar problemas

que são gritantes. Uma das discussões neste encontro foi o antigo PNE (Plano Nacional de Educação), e a dificuldade em cumprir suas metas, rendendo negativamente bases para desigualdades por mais uma geração (ver www.fepesp.org.br). Desta forma, fica cada vez mais evidente o papel fundamental que o professor exerce dentro da sala de aula. Não se pode esperar que outros órgãos resolvam assuntos relacionados à desigualdade social, o professor deve se engajar nessa tarefa. Há falha do sistema educacional em garantir educação pública e de qualidade para todos e o professor precisa perceber isso. No nosso entendimento, o caminho a ser seguido está no contexto escolar, entre professor e professor, entre professor e aluno, entre aluno e aluno, com a comunicação de todos em uma só linguagem.

As diferenças sociais existem porque há classes sociais onde cada indivíduo é classificado e enquadrado em determinada letra (A, B, C, D ou E) de acordo com sua renda mensal ou anual, mas também de acordo com suas posses e consumo. As diferenças sociais existem desde o início da convivência em comunidades. Mesmo que a propriedade privada ainda não fosse registrada dentro de marcos legais, ainda assim existiria uma hierarquia de poderes que determinariam a qual classe ou camada o sujeito fazia parte.

Rousseau debate em suas obras a questão da propriedade privada, do ter em detrimento do ser como um rompimento da essência humana em sociedade (1979, p.267 -268)

Antes que tivessem inventado os sinais representativos das riquezas, elas só podiam consistir em propriedades e animais, os únicos bens reais que os homens podiam possuir. Ora quando as heranças cresceram em números e em extensão, a ponto de cobrir todo o solo, e tocaram-se umas às outras, uns só puderam prosperar a expensas dos outros, e os supranumerários, que a fraqueza ou a indolência tinham impedido por seu turno de as adquirir, tendo se tornado pobres sem nada ter perdido, porque, tudo mudando à sua volta, somente eles não mudaram, viram-se obrigados a receber ou roubar sua subsistência da mão dos ricos. Daí começaram a nascer, segundo os vários caracteres de uns e de outros, a dominação e a servidão, ou a violência e os roubos.

Uma comunidade apresenta todo o tipo de diversidade, fazendo com que as pessoas façam escolhas constantemente na busca da prosperidade e da felicidade, e a escola pública é palco de toda e qualquer diferença que possa existir. Dentro deste contexto existe uma desproporção de renda familiar gritante entre os alunos, seja em sua aparência e também em seu comportamento.

Através da pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010, fica claro que os alunos que seguem os estudos em nível de graduação e pós-graduação são aqueles pertencentes às famílias com faixas mais altas de ganhos mensais.

Na busca pela diversidade, já se construiu e se constrói continuamente múltiplas respostas e propostas para a promoção à diversidade no Brasil. Vivemos em um mundo de demarcações territoriais, cada um quer ter o seu espaço garantido, ser dono, possuir algo, por isso cada vez mais estamos em uma época em que se predomina a individualidade, muitas vezes se esquecendo de quem está ao nosso lado. Por isso a fase da educação escolar é um período fundamental na formação de opinião voltada para a solidariedade e a convivência social. Nosso país é um lugar predominantemente diversificado e a História nos leva a compreender as razões históricas dessa construção e a nos impingir um compromisso com os excluídos, os marginalizados da sociedade.

Este artigo surge da necessidade de refletir a respeito da diversidade e da necessidade de respeitar o outro como ser pertencente ao contexto social em que estamos inseridos. Já que os direitos humanos visam a luta por justiça e liberdade de expor nossas opiniões, nos garantindo inclusive a forma de protesto quando estes não são cumpridos. Em uma luta desigual, o poder do mais forte irá se destacar em detrimento do mais fraco, porém se os indivíduos envolvidos forem humanos e éticos, a prevalência da dignidade humana não deixará que a injustiça ocorra. Pensando desta forma, a história recente do nosso continente surge como exemplo de disputas de poder, com consequências catastróficas, deixando feridas, até então, abertas. O caso em questão é o das ditaduras e das violações dos direitos humanos em diversas nações da América do Sul, ao longo dos anos de 1960 e 1970, assim como a grande amnésia se estabeleceu nestes países apagando parte do passado doloroso vivido nesses tempos ditatoriais. O estudo, em sala de aula, sobre este tema, reforçando o enfoque na memória testemunhal produzida depois do término do estado repressivo, pode ajudar o estudante a conhecer a história do seu país e do continente sul-americano, se identificando também como agente transformador do seu meio, mesmo que no momento não possa mudar sua realidade, mas que a história prova que existem meios de se manifestar e que isto fará a diferença para a geração atual e a seguinte.

As produções do testemunho nas memórias traumáticas são de grande importância porque transformam este relato em fonte oficial, tão válida quando as fornecidas pelos organismos estatais. Devido a esse contexto histórico complexo, existe a necessidade e a obrigação de um co-

nhecimento dos fatos acontecidos, para que não sejam relegados ao esquecimento e que os derrotados sejam ouvidos. Assim, as memórias relatadas por aqueles que fizeram parte dos grupos de oposição e foram alvo das arbitrariedades do Estado são essenciais para as pesquisas cujo enfoque é ditaduras do Cone Sul. O Estado aqui também tem o papel condutor para a instauração de novos regimes políticos, pois, segundo Mendonça “o Estado é identificado a uma determinada agência burocrática, ou a figuras de proa da administração pública, decorrendo e ratificando uma coisificação do conceito.” (2011, p.14). Análise esta que faz criar afirmativas óbvias, ou seja, o Estado é representado pelo próprio ditador, e nele está configurada a manutenção dos três poderes. Assim, tal documentação oficial oferecida foi produzida pelos dispositivos que estavam no poder, no período analisado, concentrando a informação da forma como as Forças Armadas queriam que fossem divulgadas.

O diálogo acerca desta temática é uma alternativa em sala de aula para o entendimento da realidade do educando. Se as ações concretas forem direcionadas em domínio da ética, de uma luta justa e democrática, não teremos seres desumanos, mas sim sujeitos indignados, marchando em busca de transformações que melhorem as condições atuais para um futuro digno e mais solidário. Pode ser percebido que a desigualdade vem de fora para dentro do ambiente escolar, conforme Caregnato (2013, p.49)

A sociedade que exclui é a mesma que integra, mas de forma precária, patológica, gerando processos que atingem a todos nós independentemente do grupo social em que constituímos, e o discurso da exclusão social, tão utilizado por militantes e pensadores críticos, revela-se como um discurso desconectado dos anseios daqueles que dele são vítimas e, teoricamente, diz mais respeito a uma ideia de manutenção do que de crítica da realidade vigente, pois acaba defendendo as relações sociais existentes, questionando apenas a inacessibilidade de uma parte da sociedade.

Vivemos em uma sociedade excludente. As classes sociais, disfarçadas ou não, existem e existirão. Como a citação acima reflete, não adianta ficar questionando a pobreza, a miséria, mas sim como conviver com ela, acolher a todos no contexto escolar e tomar consciência de que se ela existe é porque faltaram oportunidades ou não foram dadas condições iguais aos sujeitos.

Nesta luta, é impossível deixar de fora as instituições educacionais de seu papel fundamental de formação ética do ser social, independentemente da desvalorização em que o professor atuante está passando no momento, o

que não se pode é fugir desta responsabilidade. Pode-se perceber o papel fundamental da escola para a promoção da democracia e do direito a ser e estar onde se deseja. O professor que trabalha com valores, com a presença da ética em seus diálogos e ações deve sentir-se um pouco responsável por tantas mudanças de mentalidades e tantas manifestações inquietantes que o grupo jovem está inserido e atuando, de forma efetiva.

A escola é um espaço público. E quando se pensa em espaço público, se pensa em diversidade. E esta diversidade é escancarada dentro do contexto escolar, onde a miscigenação é um desafio para a educação. Porém o mais difícil de ser tratado seria pensar em diversidade social, ricos e pobres desfrutando o mesmo cotidiano lado a lado, sem que ocorram preconceito e discriminação. As políticas públicas estão associadas a dizimar este problema através de cotas, de oportunidades iguais, não importando o *ter*, mas sim o *ser e o saber*.

A convenção do termo educação inclusiva cabe à realidade da escola pública, porém em alguns trabalhos torna-se visível que fica na utopia, principalmente quando se trata da palavra tecnologia e seu acesso. Mesmo a escola possuindo um amplo laboratório de informática, o trabalho a ser realizado neste espaço deve ser construído por alunos que já estejam familiarizados com estas ferramentas e, no entanto, nos deparamos com estudantes que não tem computador em casa, que somente sabem acessar a internet utilizando redes sociais e nada mais, por isso vão ficando cada vez mais intimidados por colegas que sabem e que resolvem as questões rapidamente e com habilidade.

O problema do preconceito vai além da exclusão, pois uma de suas consequências é a violência por parte do excluído. Este, para se defender ou sentir-se parte de algo, utiliza a agressividade e também a discriminação em outros sujeitos para se preservar ou inserir-se no sistema. Um tema muito discutido na atualidade é o *bullying*. O termo inglês significa brutalidade, que pode ser cometida por um ou mais indivíduos, porém a gravidade está no dano emocional e psicológico que isso pode causar. Existe uma necessidade muito grande em ser aceito, em ser reconhecido e se igualar aos demais e a escola é o espaço dos jovens, sendo que estes estão em fase de reconhecimento e conhecimento da sociedade individualista, como Elias explica (1994, p.103)

Tanto a possibilidade quanto a necessidade de maior individualização constituem um aspecto de uma transformação social que ultrapassa em muito o controle do indivíduo. O produto dessa individualização crescente, a maior diversidade das pessoas com respeito ao comportamento, à experiência, e à composição, não é simples-

mente dado pela natureza, no mesmo sentido da diversidade dos indivíduos humanos. Tampouco a separação dos indivíduos, da qual às vezes se fala como um fenômeno dado pela natureza tem o mesmo sentido da separação de cada pessoa no espaço.

Como em qualquer faixa etária, existe a preocupação e a pressão em não fracassar. O indivíduo pertencente a uma sociedade que o exclui por diversos aspectos de sua individualidade, seja por sua etnia, sua cor de pele, sua opção sexual ou sua condição financeira, e o faz agir sem pensar para se defender. O adolescente, em muitos casos, para não ser agredido irá agredir primeiro, irá excluir primeiro. O aumento considerável de violência em todo o mundo, as notícias cada vez mais transmitem ações de pessoas que, até então, não tinham nenhum transtorno psicológico e que agora estão cometendo atos brutais de violência contra civis inocentes. Encarar o problema é o passo inicial para educar para a possibilidade de transformação da realidade.

Como já havia citado anteriormente, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, a renda está concentrada nas mãos de poucos. Toda esta desigualdade presente entre alunos que estão formando seu caráter, que estão em uma fase confusa que é a adolescência e que estão sofrendo com as mudanças de seu corpo e a imposição que a mídia faz para que se encaixem nos padrões ideais da moda, faz com que eles discriminem, excluam e utilizem as armas que têm para se defender. E aquele que ataca, que discrimina também pode estar usando uma arma para se impor, como cita Bourdieu (1997, p.118)

Nessas sociedades, torna-se um ideal pessoal de jovens e adultos diferir dos semelhantes de um modo ou de outro, distinguir-se em suma, ser diferente. Quer se aperceba disso ou não, o indivíduo é colocado, nessas sociedades numa constante luta competitiva, parcialmente tácita e parcialmente explícita, em que é de suma importância para seu orgulho e respeito próprio que ele possa dizer a si mesmo: “Esta é a qualidade, posse, realização ou dom pelo qual difiro das pessoas que encontro a meu redor, aquilo que me distingue delas.” Não é mais que outro aspecto dessa composição e situação humanas o que se expressa no fato de, em certa medida, o indivíduo buscar sentido e realização em algo que apenas ele faz ou é.

Assim, esta busca em se destacar, em se diferenciar e tornar-se, muitas vezes, um líder que impõe medo e/ou respeito, faz com que a condição que se sobressai seja a financeira. Muitos jovens não desenvolveram ainda um talento que eles possam utilizar para buscarem sua realização. Esse também é o papel da escola quando trabalha com a diversidade.

A escola, que se pretende protagonista da diversidade, precisa assumir-se como espaço de diversidade na sociedade em que está inserida. Há experiências importantes e positivas, nas quais o tempo que as crianças e os adolescentes passam na escola torna-se um aliado para a comunidade. Uma gestão comprometida com a diversidade discute constantemente com aqueles que fazem parte do processo de aprendizagem e educação, para que todos se familiarizem e contribuam para que as transformações aconteçam.

A atuação e participação da gestão escolar são de extrema importância para que o processo ocorra de forma positiva. A escola precisa antecipar-se e remediar o problema a fim de evitar o preconceito, elaborando projetos para esclarecer os alunos e debater sobre o tema faz com que se evite a exclusão. Não basta apenas afirmar que é feio ou que é maldoso excluir um colega por sua condição financeira, por sua vestimenta inferior ou por seu pouco conhecimento sobre tecnologia. A ideia é que se conscientize para que ocorra uma mudança de pensamento, mesmo que o capitalismo afirme o contrário, mesmo que a vida fora da escola seja totalmente diferente, a escola pública tem como obrigação igualar os alunos promovendo a diversidade, pois o nome já diz, é pública, é de todos e deve ser aproveitada igualmente por todos. Todos que fazem parte dela devem receber o mesmo tratamento e poder sair com direito a disputar as mesmas oportunidades, este deveria ser o seu papel. Projetos que ajudem os alunos a formarem opinião, que trabalhem com a realidade, que percebam o seu entorno e possam reconhecer em seus colegas pares iguais. As narrativas memorialísticas surgem, então, para que não se esqueçam das arbitrariedades e violências que ocorreram. Com tantas mudanças e a aceleração do tempo, onde tudo se consegue de forma rápida e funcional, há uma preocupação constante quanto à preservação da identidade. Palavra que remete ao idêntico e a manter aquilo que somos e fomos¹, e nos reconhecer enquanto grupo, como coletivo e social.

A diversidade de gênero e étnica deve ser valorizada, e a questão social também, mas não de uma forma inferior, os trabalhos devem mostrar que vários países têm programas sociais efetivos combatendo a discriminação e a pobreza.

As aulas de História são um espaço e momentos privilegiados para estes assuntos serem abordados. Quando ensinamos História, sempre ensinamos o lado dos incluídos, mostramos os excluídos, mas não discutimos, não analisamos sua real participação e função social. Uma das tentativas de inclusão pode ser a de mostrar os diversos la-

¹ (2005) Ver BURKE, Peter. O que é história cultural?

dos da história. Mostrar aos alunos quem são os incluídos e quem são os excluídos, e fazer a reflexão do “lado” da história em que eles estão para saber de qual lado lutar.

No caso das aulas de História Contemporânea, quando são abordadas as ditaduras do Cone Sul, a ênfase nas obras testemunhais – as obras escritas por aqueles que viveram e sofreram a experiência histórica das ditaduras –, deve ser questionado o porquê de se escrever tais relatos. Estimular o estudante a perceber que nestes relatos – produzidos por aqueles que foram derrotados e geralmente excluídos dos relatos oficiais –, pode surgir a oportunidade do testemunho fazer valer a sua versão dos fatos e, desta maneira, expor a face cruel daqueles que prenderam, torturaram e muitas vezes mataram adversários políticos. Obras que revelam diversas facetas, muitas vezes o “dever” de expor o que se sabe sobre o período, o que viveu e porque sobreviveu.

Segundo Calveiro “o sobrevivente sente que viveu enquanto outros, em sua maioria, morreram. Sabe que não seguiu vivo porque era melhor e, em muitos casos, tende a pensar precisamente que os melhores morreram.” (2013, p.144). Esta obrigação de escrever pode ser a chave de todo o processo da memória individual, escrever e não poder esquecer nada, pois há uma obrigação moral com a sociedade, não mais de punição, mas de que não volte a acontecer situações similares, que não existam mais, que não surjam mais regimes políticos semelhantes.

Em nossa realidade (das escolas públicas), nossos alunos não estariam do lado da história de uma camada social favorecida, por exemplo, mas do lado dos trabalhadores explorados e sem oportunidade de se manifestarem e, os remetendo ao passado das ditaduras do Cone Sul, eles seriam os considerados “subversivos”. Ao tomar contato com a vivência dos militantes políticos que foram perseguidos e torturados – para muita além das regras que regem os confrontos políticos e militares –, os alunos estarão entrando em contato com os excluídos na experiência histórica dos regimes ditatoriais do Cone Sul.

Os homens e mulheres considerados subversivos estavam lá, pertenciam ao mesmo espaço das sociedades mergulhadas em regimes ditatoriais, mas, ao mesmo tempo, eram invisíveis perante os dispositivos da ditadura. Neste caso, os militantes clandestinos foram forçados a criar e a se adaptar a um espaço para poder sobreviver, mas ao mesmo tempo usar mecanismos de identidade para se reconhecer uns aos outros em um lugar ocupado por todos.

Assim, segundo Koselleck “o espaço é algo que precisamos pressupor meta-historicamente para qualquer história possível e, ao mesmo tempo, é historicizado, pois

se modifica social, econômica e politicamente.” (2014, p.77). Através desta reflexão nos aproximamos do que seria o planejamento de um determinado ambiente ou região, para que se criem condições de sobrevivência em tempos que não se pode ser visto e ser reconhecido por aqueles que dominam todo o espaço.

Não é culpa de um ou outro, mas sim do sistema que vivemos. Nas condições de exceção que foram as ditaduras militares, os embates políticos não se davam dentro de marcos institucionais democráticos. Eram ditaduras que desprezavam as regras democráticas e empurravam os que não se conformavam com isso ao silêncio ou a clandestinidade. De alguma maneira, era uma realidade social e política que levava ao extremo às práticas discriminatórias.

Existem várias didáticas que podem ser trabalhadas, mas o uso de tecnologias faria com que eles se sentissem mais atraídos a participar. Eles poderiam elaborar documentários com situações criadas por eles mesmos, adicionar músicas e pessoas conhecidas no mundo que já estão lutando contra o preconceito e contra pobreza extrema e pesquisar na história fatos que narram situações semelhantes. No final do trabalho seria ideal apresentar para toda a comunidade, divulgar o tema e realizar debates com vários setores da sociedade para que exista a discussão de vários lados da questão.

Ações que envolvem os alunos em todo o processo da construção da aprendizagem poderiam provocar o seu compromisso com o espaço em que estão inseridos. Neste caso poderia surgir uma maior solidariedade social, uma necessidade em ver que o outro também está crescendo, está recebendo todas as condições para que tenha uma vida melhor e mais digna.

Num sistema capitalista e numa sociedade extremamente individualista, querer que o outro cresça e que se estabeleça em uma situação mais favorável é uma contrariedade, sabe-se que é um caminho difícil, aliás, muitos teóricos tentam explicar a falta de interesse comum que uniria os diferentes segmentos de uma mesma sociedade. Talvez, na escola, contexto em que os jovens ainda não estão totalmente inseridos no mercado de trabalho, poderia ser possível de se realizar. De acordo com Arendt (2000, p.62)

A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer. O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las.

Um trabalho em que todos participem pode fazer com que a inclusão social seja uma realidade. A ideia é que ocorra união, empatia, isto é, que uns consigam se colocar no lugar dos outros, pois a intenção de entender o que o outro sente e a compreensão do porquê se está em determinada situação.

É muito fácil dizer que “só é pobre quem quer”, pois existem vagas de trabalho não preenchidas. Se o sujeito não está preparado e não tem conhecimento, não terá condições necessárias para tal. Transformar sua trajetória não depende só dele uma vez que a intenção da sociedade capitalista é exatamente essa: a manutenção de uma margem de desempregados, de pessoas alienadas para que estas sejam exploradas e que enriqueçam as camadas mais altas.

Desta forma, todos estarão incluídos, independente da classe social, todos terão o compromisso de conscientizar os outros a sua volta, este compromisso faz com que a inclusão aconteça, de dentro da escola, para fora. Os professores deverão estar preparados para mediar os debates buscando teorias, exemplos na história e argumentos fortes para rebater uma situação de exclusão e discriminação social.

O tema da desigualdade social no contexto escolar permeia em quase todos os ambientes dos cursos de licenciaturas promovidos pelas universidades. Ele é debatido, discutido, porém não é efetivado em prol de ações que os identifiquem e os eliminem. Para que isto ocorra é necessário que prevaleça o espírito de mudança e de não comodismo diante da realidade social que as escolas públicas oferecem.

A melhor maneira de transformar é envolver a todos no trabalho, principalmente aqueles que são a razão de toda a transformação: os alunos. Eles devem ser ouvidos, devem ser questionados e convidados a fazer parte do trabalho, da análise, da pesquisa e da busca de dados. Não seria possível elaborar um projeto em que os estudantes apenas sejam os espectadores, mas sim eles devem ser os protagonistas e os autores da mudança. Todas as disciplinas de um currículo escolar têm condições de fornecer subsídios de mudança para a inclusão escolar. A educação é fonte de esperança, assim como cita Arendt que “O papel desempenhado pela educação em todas as utopias políticas, a partir dos tempos antigos, mostra o quanto parece natural iniciar um novo mundo com aqueles que são por nascimento e por natureza novos.” (2001, p.225).

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**. Rio de Janeiro: VOZES, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**. São Paulo: Boitempo, 2013.

CAREGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luiz Carlos (Org.). **Diversidade Cultural: Viver Diferenças e Enfrentar Desigualdades na Educação**. Porto Alegre: Novello e Carbonelli, 2013.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madri, v. 30, n. 49, p.1059-1079, jan. 2009.

KOSELLECK, Reinhart. Teoria da história e hermenêutica. **Estratos do tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto: 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A pesquisa sobre Estado e Poder: balanço historiográfico. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; KOLING, Paulo José.

Estado e Poder: Questões Teóricas e Estudos Históricos. Cascavel: Edunioeste, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens.** Brasília: UnB, 1989.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Contrato social. Discurso sobre a desigualdade.** In: Obras. Coleção “Os Pensadores”. São Paulo, Abril, 1979.

SAVIANI, Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação. In: DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL E SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 124, 2013, Unicamp. **IV Seminário de Educação Brasileira.** Campinas: Educ. Soc., 2013. p. 743 - 760.